

Puxadinhos aguardam votação

Larissa Leite

A regularização dos "puxadinhos" da Asa Sul, que estava prevista para ontem na Câmara Legislativa, foi adiada para a semana que vem. A promessa é que os parlamentares votem o Projeto de Lei Complementar (PLC) 50/2007 na próxima terça-feira. Antes, no entanto, os distritais precisam chegar a um consenso sobre as cinco emendas apresentadas para o 2º turno. Após aprovação em plenário, o projeto retornará às mãos do governador José Roberto Arruda, para sanção.

O PLC do Executivo chegou, em novembro do ano passado, na Casa e foi aprovado em 1º turno na quarta-feira última, com 22 emendas. Para aprová-las, os parlamentares fizeram sete reuniões técnicas com representantes dos setores interessados, como o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília (Sindhobar) e o Sindicato do Comércio Varejista do DF (Sindivarejista).

Porém, no dia da apro-

vação do 1º turno, dissidentes dos sindicatos e outros comerciantes propuseram novas mudanças, acatadas pelo deputado Paulo Tadeu (PT). Assim, ele propôs três emendas que ainda não foram discutidas na Casa.

As emendas confrontam as seguintes determinações do projeto: não é permitido usar a área frontal dos estabelecimentos; pode-se usar uma área de até cinco metros nas

laterais, desde que se garanta um espaço de dois metros para passagem de pedestres; e só é permitido música ao vivo em ambientes fechados com isolamento acústico. O deputado defende o uso da área frontal, a diminuição de dois para 1,5m para passagem e a liberação da música até 0h, em ambiente aberto.

Já a liderança do PT apresentou duas emendas para o 2º turno que já têm consenso

na Casa. Uma delas é a sinalização da área destinada a pedestres. Outra relaciona-se ao uso da área de seis metros ao fundo dos estabelecimentos, aprovada em 1º turno. Como estão caracterizadas como área não edificada, deve-se pagar por elas um tributo correspondente a 5% do IPTU do imóvel. A liderança do PT propôs emenda para caracterizar essa área como edificada, o que diminuiria de 5% para 1% do IPTU.

De acordo com o líder do governo na Casa, o deputado Leonardo Prudente (DEM), a votação foi adiada com objetivo de chegar a um consenso: "Iremos discutir as novas emendas e nos reunir novamente com o Iphan na próxima segunda-feira", disse. Até agora, o Iphan não está de acordo com a Câmara. O órgão é a favor da regularização das ocupações de área pública, com objetivo de melhorar a qualidade arquitetônica da capital, mas é contra aumentar de cinco para seis metros a área permitida para ocupação no fundo dos estabelecimentos.

JOSEMAR GONÇALVES



■ LARGURA DA PASSAGEM DE PEDESTRES AINDA ESTÁ EM DISPUTA